

ATA DA 001ª SESSÃO ESPECIAL DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2016,
CONVOCADA PARA A LEITURA DA MENSAGEM ANUAL DO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE
SANTA CATARINA JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão especial.

Convido o sr. deputado estadual Marcos Vieira
para recepcionar as autoridades que irão compor a
mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor governador do estado de
Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo presidente do Tribunal de
Justiça de Santa Catarina, desembargador do Estado
de Santa Catarina, doutor José Antônio Torres
Marques;

Excelentíssimo senhor vice-governador do
estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira;

Senhor subprocurador-geral de Justiça para
Assuntos Institucionais, doutor Fábio de Souza
Trajano, que neste ato representa o Ministério
Público de Santa Catarina;

Excelentíssimo presidente do Tribunal de
Contas do Estado de Santa Catarina, conselheiro
Luiz Roberto Herbest;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Aldo
Schneider, primeiro-vice-presidente desta Casa;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Leonel
Pavan, segundo-vice-presidente desta Casa;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Valmir
Comin, primeiro-secretário desta Casa;

Senhor deputado estadual Padre Pedro
Baldissera, segundo-secretário desta Casa;

Excelentíssima senhora deputada estadual Dirce
Heiderscheidt, terceira-secretária desta Casa;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Mário
Marcondes, quarto-secretário desta Casa.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores, nos termos do art. 46, da Constituição
do Estado de Santa Catarina e do art. 3º do

Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, declaro solenemente abertos os trabalhos legislativos referentes a 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

[Taquígrafa: Ana Maria]

Esta Presidência registra a presença de vários secretários, autoridades das autarquias estaduais, saudando-os nas pessoas do secretário Moacir Sopelsa e da secretária Ada Faraco De Luca, parlamentares desta Casa, e também do deputado federal João Kleinübing. Sintam-se todos cumprimentados pelos srs. deputados!

A seguir, fará uso da palavra o excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo, para apresentar a mensagem anual prevista no inciso X do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO (Governador do Estado de Santa Catarina) - Desejo cumprimentar a todas e a todos.

Quero cumprimentar todos, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio, as sras. deputadas e os srs. deputados na pessoa do líder do governo, deputado Sílvio Dreveck; o vice-governador, dr. Eduardo Pinho Moreira; o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador José Antônio Torres Marques, desejando-lhe muito sucesso na gestão que está iniciando; também o subprocurador-geral de Justiça, Fábio de Souza Trajano, representando o Ministério Público de Santa Catarina; o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aldo Schneider; o segundo-vice-presidente, ex-governador Leonel Pavan; o deputado Valmir Comin, primeiro-secretário desta Casa; o deputado Padre Pedro Baldissera, segundo-secretário desta Casa; a deputada Dirce Heiderscheidt, terceira-secretária; o deputado Mário Marcondes, quarto-secretário; o presidente do Tribunal de Contas, Luiz Roberto

Herbst, desejando-o sucesso na sua missão. Peço licença para em seus nomes saudar todos e todas.

Quero cumprimentar todos os companheiros de governo, autoridades militares, que vem neste ato participar de um momento importante, quando trazemos aqui, em mãos, a mensagem do ano do governo do estado de Santa Catarina para o ano de 2016.

Neste encadernamento redigimos um texto que caberia fazer a leitura, mas peço que vocês me dispensem dela, pois em seguida entregaremos um livro a cada um dos srs. deputados e das sras. deputadas, ao presidente da Assembleia, para que vocês possam avaliar todo o nosso trabalho, todo o nosso esforço, todas as nossas realizações. Procuramos fazer uma ampla e profunda prestação de contas de todo o trabalho desenvolvido, das dificuldades enfrentadas, das superações, daquilo que ainda precisamos fazer, ao mesmo tempo em que fazemos um pedido, uma convocação, para que todos nós possamos trabalhar juntos. Por isso, pretendo fazer uma avaliação, abrindo o coração da gente, dos desafios que tivemos em 2015 e dos desafios que teremos e estamos tendo em 2016. O ano de 2015 foi desafiador para nós do Executivo. Nós tivemos um primeiro semestre com uma queda de receita suportável, alguma coisa em torno de 3% ou 4% do orçado, que já era o orçamento bem realista. No entanto, no segundo semestre nós tivemos uma queda muito acentuada, com receita negativa, inclusive, em relação ao ano anterior, o que agravou bastante a nossa situação financeira. Houve um esforço muito grande e uma integração com esta Casa Legislativa para que nós pudéssemos fazer esforços conjuntos, ações importantes, e conseguíssemos superar essas dificuldades e terminar o ano cumprindo com todos os nossos compromissos.

E graças a Deus, conseguimos vencer essas etapas, realizar essas ações. E vendo a situação do cenário nacional, hoje, comparando com a realidade de outros estados, nós conseguimos vencer dificuldades importantes. E mais do que isso, fazer mudanças estruturais para o futuro que permitem avaliar o ano de 2016 como um ano mais

difícil ainda do que 2015. Mas nós estamos mais e melhor preparados para enfrentar essas dificuldades. Percebi, ontem, em Brasília - estávamos lá em 25 governadores - o cenário que se espalha por todo o país, que é de extrema dificuldade, com um caos financeiro nas contas públicas, diminuição da prestação de serviço e da qualidade da prestação de serviço oferecida à população. E isso preocupa muito, porque nós temos que antes e, acima de tudo, garantir a todo o cidadão, a todo catarinense, os serviços públicos plenos e com a infraestrutura necessária para que não falte remédio, para que tudo corra bem na Educação, para que a Segurança tenha todos os elementos necessários para desenvolver o seu trabalho e outros desafios que passo a enumerar.

Neste sentido, temos quatro pilares básicos para mantermos o equilíbrio indispensável. Quando o estado se desequilibra, ele afeta de forma negativa a vida de todas as pessoas. Quando atrasamos o repasse de uma instituição, como por exemplo, no nosso sistema Acafe, as bolsas que estão no art. 170, evidentemente, fragilizamos o aluno e a universidade; quando não é repassado em dia os recursos para a Apae, que é um valor significativo e muito justo - que é uma lei desta Assembleia -, você fragiliza todo um tipo de atenção dessa ordem; quando se atrasa a folha de pagamento, compromete-se toda a atividade e cria-se uma ação importante de responsabilidade e de compromisso comum com a sociedade, porque você fragiliza o comércio, o consumo, e derruba a autoestima das pessoas. Então, é fundamental esse ponto de equilíbrio.

Nessa questão é indispensável haver um equilíbrio da folha. Nós batemos em agosto de 2015, na ordem de 49%, que é o limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal, do limite prudencial. Passando daí você passa a ter uma série de punições. Hoje, nós estamos com 48,4% do limite, mais ou menos esse é o percentual. Então, a nossa massa de manobra é muito pequena em relação a isso. E nós temos que ser muito

vigilantes neste sentido, cumprindo com todos os acordos estabelecidos. [Taquígrafa: Rubia]

Por outra ordem, o segundo item que impacta muito o recurso público é a questão da Previdência Pública. Tivemos um *déficit* em 2015 de R\$ 3,1 bilhões. Isso não se justifica em nenhuma conta, setor ou lugar. Toda sociedade, e hoje já somos mais de sete milhões de habitantes, o servidor público, não tem nenhuma culpa disso e não pode ser criminalizado por usufruir seu direito dentro da lei, dentro de princípios éticos e legais, mas a verdade é que a lei desequilibrou o sistema e alguma coisa muito importante e urgente precisa ser feita.

Ontem, em Brasília, tratamos sobre o assunto em todos os setores, no sentido de que isso seja feito em nível nacional muito rápido, de forma correta e profunda. Estabelecemos entre os governadores, e eu fiquei com a responsabilidade nessa área, de criar uma série de câmaras para apresentar sugestões e assumir de uma forma responsável o futuro do país para que possamos vencer essas etapas.

É importante registrar que a Assembleia Legislativa, depois de um amplo debate, respeitando a posição e o contraponto exercido de forma mais democrática e correta, deu passos importantes para assegurar aos servidores públicos o mais legítimo de todos os direitos que é ter uma aposentadoria que possamos cumprir. Se não fizermos essas mudanças, a curto prazo, o processo entra em colapso, como de fato já está em seis ou sete estado da nossa Federação.

O terceiro item, que consome soma importante dos recursos é a questão da dívida pública. Vou passar dados para os senhores que são alarmantes, com os quais convivemos há mais de vinte anos.

Santa Catarina realizou em 1998 um acordo para regularizar uma dívida de R\$ 4,165 bilhões. Foi uma medida correta, a base de sustentação do fortalecimento da moeda, do estabelecimento do Plano Real, e foram estabelecidos índices de correção que naquele momento eram favoráveis aos

estados e municípios, mas que depois se tornou extremamente desfavorável.

Para que se tenha uma ideia, dos R\$ 4,165 bilhões o governo de Santa Catarina, ao longo de todos esses anos, de 1998 até agora, já pagou R\$ 12,950 bilhões, três vezes mais. E, por incrível que parece, deve nesta conta agora R\$ 9 bilhões. Então, R\$ 4 bilhões viraram R\$ 24 bilhões, seis vezes mais. Essa é uma realidade presente em praticamente todos os estados do Brasil.

Nós estamos pagando nesta conta hoje quase R\$ 100 milhões/mês do nosso líquido. Feito isso, o governo federal encaminhou em 2013 um projeto de lei que restabelecia novos indexadores e que produziria um efeito melhor nas contas públicas. Isso foi, de autoria do Executivo, aprovado na Câmara e no Senado, não sei se por unanimidade, mas por larga maioria, e foi sancionada.

Em 2014 o ministro Guido Mantega chamou no Senado, com o presidente Renan Calheiros, alguns governadores, e eu estava entre eles e também representava outros governadores, pra dizer que dada a realidade econômica internacional, as circunstâncias daquele momento, ele faria um apelo para que nós postergássemos a entrada em vigor desta lei. Observou a questão das análises de risco das agências, a crise internacional e nós, diante daquele apelo, concordamos em postergar o efeito por um ano. Não adianta os estados irem bem se o governo federal não for bem e a economia do país não estiver equilibrada.

Vencida esta etapa, o ministro Joaquim Levy assumiu o ministério na época, eu era um dos governadores representantes desta negociação, e ele veio inclusive aqui em Santa Catarina fazer um apelo, mostrando dados confidenciais e que nos assustou muito. E eu disse que não tinha autonomia para falar em nome de todos os governadores. Então, reunimos alguns governadores novamente no Senado, que é onde se delibera esses assuntos, e estabelecemos mais um ano para que a lei entrasse em vigor, em consenso com todos os governadores, dentro dessa filosofia de colaboração, até porque haviam compensações também aos estados, como por

exemplo, o Proinvest, que derivou muito desta compreensão.

O Senado, no entanto, tomou uma medida importante e, vendo que a situação não poderia continuar assim, senão, como vinha acontecendo desde 1998, o governo federal se financiaria, emitindo moeda, contratando financiamentos, buscando alternativas, e os estados e municípios iriam ficando cada vez com menos condições. Então, o governo federal estabeleceu uma data, e, dessa forma, no dia 1º de fevereiro de 2016 entraria em vigor, regulamentado ou não.

A lei é muito clara e estabelece que a Selic ou o IPCA, o que for menor, mais 4%, seja o indexador aplicado. A Selic acumulada, ou seja, um mais um, dois. O decreto contraria a lei e coloca a Selic capitalizada, um mais juro, correção mais um, vai dar dois e mais alguma coisa, então, a nossa dívida em vez de diminuir ela aumenta. E o projeto em vez de nos ajudar nos prejudica, e isso não é apenas com Santa Catarina.

Então, nós estamos estudando, com nosso pessoal da secretária da Fazenda e toda nossa equipe jurídica, há seis meses, para que possamos achar uma solução que, provavelmente, será uma demanda judicial.

Ontem percorremos todos os ministérios, estivemos às 22h com o ministro da Fazenda, e debatemos tudo isso em conjunto com os governadores para que esse processo seja revisto e o decreto interprete o que diz a lei e não a realidade financeira diferente do que ali está, pois ela confronta claramente.

Estamos prontos para, se não construirmos um entendimento, recorrermos à Justiça por direitos que estão ali estabelecidos e, tenho certeza, há uma boa vontade do governo para que possamos construir este cenário.

O quarto item é o custeio. Conseguimos reduzir bastante o nosso custeio em 2015, foi um dos fatores importantes do nosso equilíbrio financeiro, mas precisamos fazer mais, principalmente no ano de 2016. Nós digitalizamos todos os contratos que existem com o governo,

selecionamos todos, áreas por áreas, e estamos renegociando cada um para que não tenhamos impacto que altere esta realidade de equilíbrio. E nós vamos perseguir com a maior determinação, por que isso é essencial para que Santa Catarina consiga se desenvolver da forma que ela precisa.
[Taquígrafa: Cleusa]

Por outro lado, veremos os serviços públicos terem uma demanda cada vez maior, uma exigência cada vez maior, porque é evidente que se eu tenho na minha família uma receita menor, vou deixar de pagar o plano de saúde e usar o sistema SUS; eu vou sair da escola particular e usar a escola pública; vou precisar de novos serviços e essa é uma realidade que o estado tem que prover, tem que realizar. Só para vocês terem uma ideia, em 2014, no segundo semestre, dos 13 hospitais que nós realizamos os serviços, foram feitos 87 mil atendimentos, isso representa 8,5% a mais do que foi realizado no segundo semestre de 2013. As cirurgias cresceram 17%, mais precisamente 16,95%; os exames subiram mais de 7%, e a tendência é que isso se acentue ainda mais na questão de outros setores e da própria saúde que nós estamos aqui desenvolvendo. Então, por um lado você tem uma receita menor e por outro lado uma demanda da sociedade ainda maior para atender todos esses serviços.

Outro dado que preocupa muito é a questão do desemprego. É visível a queda na atividade econômica, mesmo com essa excelente temporada de verão que estamos tendo, com o aumento de consumo muito significativo, nós medimos também por outros parâmetros, o consumo de energia elétrica do mês de janeiro comparado com janeiro de 2015 é 6% menor, ou seja, muito provavelmente as nossas indústrias estejam com uma atividade menos de 10% em relação ao ano passado, porque é claro que o setor de turismo está pleno e muito maior do que estava no ano passado.

A média do desemprego no Brasil no último indicador é de 8,9%, em Santa Catarina é 4,4%, ainda é o menor, mas já subiu, era 3%. E o mês de dezembro foi o pior mês que nós tivemos nos

últimos anos aqui com um aumento de desemprego bastante forte. Nós não estamos passivos, estamos procurando realizar encontros, discutir com setores, interagir com setor produtivo, fazer uma série de ações importantes em áreas onde nós possamos fazer com que o crescimento econômico seja mais rápido. Por exemplo, o setor do turismo, onde de fato nós estamos vendo essa realidade.

Na questão da exportação, os nossos índices são crescentes, embora a retomada do mercado lá fora seja mais lenta com o dólar alto não estejamos repassando plenamente, mas nós conseguimos crescer. Nós conseguimos também ampliar em itens importantes da nossa exportação setores fundamentais e também fazer a substituição de importações, que isso pela questão do câmbio passa a ser uma operação indispensável, isso aquece a economia interna e mantém o nível de emprego.

Outro fator importante é mantermos de forma forte as obras e ações do governo. Ela tem um efeito na manutenção dos empregos e também tem um efeito importante psicológico, mostrando que nós não estamos intimidados e que estamos vencendo.

O Pacto por Santa Catarina, e apenas ele, fora considerar todos os outros setores, vai investir financeiramente em 2016 R\$ 3,5 bilhões. Nós temos recebido regularmente todos os repasses por parte do governo federal das obras orçamentárias e também os repasses das tranches financeiras do BNDES e do Banco do Brasil, claro também dos outros financiamentos tipo CAF, Agência Francesa de Desenvolvimento, Agência Japonesa de Cooperação, Banco Mundial, Banco Interamericano, isso tudo tem ocorrido de forma normal.

Nós vamos investir e realizar financeiramente em estradas no ano de 2016 alguma coisa em torno de R\$ 2 bilhões; na educação serão investidos R\$ 416 milhões; na saúde, R\$ 342 milhões - isso apenas do Pacto -; Justiça e Cidadania está em curso uma série de obras que são R\$ 272 milhões; Casan, R\$ 357 milhões; Celesc, R\$ 460 milhões; Defesa Civil, R\$ 184 milhões; a Inovação Tecnológica, que são aqueles centros de

desenvolvimento tecnológico, num total de 13 que estão em obras sob a responsabilidade do Carlinhos, serão R\$ 48 milhões; Assistência Social, R\$ 38 milhões; Segurança Pública já acelerou todo o processo com o secretário Grubba, mas ainda tem o recurso disponível de R\$ 24 milhões; Agricultura são R\$ 65 milhões, fora por exemplo o SCRural, que também são valores importantes que não estão aqui; e do Fundam nós conseguimos liberar dos R\$ 606 milhões contratados, já pagamos R\$ 472 milhões, faltando ainda R\$ 134 milhões que estão em curso.

Por isso, a posição do estado é de enfrentamento da crise, de se esforçar para que nós possamos ativar a economia, abrir horizontes, motivar pessoas, dar confiabilidade, dar estabilidade, de tal forma que minimizemos os efeitos de uma crise que se pronuncia forte em nível internacional.

No encontro dos secretários nós estivemos avaliando todo o cenário internacional com especialistas, a crise da China é mais profunda e se pronuncia mais acentuada em 2016. Outros setores da economia internacional mostram a dificuldade que está ocorrendo, a questão do petróleo que é grave, vocês vejam a R\$ 20,00 ele se tornou negativo, vai impactar a economia, inclusive a exportação brasileira, portanto, nós temos uma série de desafios importantes.

Em nível interno, nacional, também avaliamos, fizemos um profundo estudo, teremos um ano de ajuste fiscal, de equilíbrio nas contas e isso tudo vai impactar na economia do estado e nós temos que fazer com que o nosso trabalho aconteça. Nós já temos um fato positivo, os indicadores da temporada de verão são muito favoráveis. No mês de janeiro tivemos uma irrigação da nossa economia significativa e isto é um fator acima da curva em nível da economia nacional. E nós temos também a perspectiva de que o mês de fevereiro seja muito acima da média, mesmo depois do Carnaval. E os estudos e as avaliações que são feitas pelos técnicos do governo, que têm uma boa experiência e tem acertado, estabelecem que nós teremos um

cenário de crescimento no turismo acima da média até a Páscoa, o que faz com que nós possamos ter um cenário um pouco melhor.

É fundamental para nós, é uma questão de princípio, não aumentar impostos. Eu entendo que nesse momento isso seria uma ducha de água fria no setor produtivo, na sociedade, na competitividade, e isto é mais grave. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Nós não queremos também romper contratos, porque esta estabilidade gera confiança e a confiança é o elemento fundamental para o investidor. Estaremos realizando aqui um encontro de todos os embaixadores da Europa, no primeiro semestre de 2016, a secretaria Internacional está coordenando este trabalho para aumentarmos a nossa presença.

Temos feito toda semana contatos regulares, protocolares, de negócios com embaixadores de todos os países abrindo mercado. Vamos continuar desenvolvendo muito este trabalho e temos que continuar o trabalho de equilíbrio nas nossas contas para que possamos fazer com que Santa Catarina enfrente com mais sucesso, com mais proteção às pessoas, o desafio do ano de 2016, desafios que estão em todas as áreas.

Eu anotei algumas áreas, e peço desculpas por não poder tratar de todas para não me alongar, por exemplo, terminar as obras da Defesa Civil.

Nas enchentes de outubro, já tivemos uma boa proteção a nossa sociedade com o aumento das barragens de Ituporanga e de Taió, canais extravasores permitam administrar melhorar o fluxo das águas, esvaziar quando for possível, conter quando necessário. Com esse equilíbrio monitorado e os investimentos que estão sendo feitos, cerca de R\$ 1 bilhão, em parceria, metade com o governo estadual e metade com o governo federal, vão resolver um problema histórico que a nossa sociedade, nesse caso o vale do Itajaí, enfrenta. Ao mesmo tempo, estamos protegendo os municípios de todas as crises de intempéries. Ficamos felizes porque o verão, nos últimos dias, trouxe um sol enorme, todo mundo gostou, mas também veio a chuva

que protegeu a nossa safra, a nossa agricultura, e isso é fundamental que continue acontecendo.

Temos desafios importantes na área da Saúde. Temos 13 hospitais que estão em obras. Nós temos uma realidade importante em todos os hospitais filantrópicos, comunitários que estão com *déficit* operacional que precisam de socorro e buscam muito um extrateto de serviço prestado além do contrato que o estado tem procurado cobrir.

Temos um novo desafio, quase desesperador, que é a questão da Dengue e suas consequências, Chicungunha, Zika Vírus e outras dessa natureza que chamam a atenção hoje do mundo todo e que traz responsabilidades enormes para nós do setor público. Graças a Deus, em virtude do trabalho feito por todas as prefeituras, pela comunidade, pelo governo do estado, por todas as instituições públicas e também federais, nós conseguimos, pois aqui em Santa Catarina tivemos apenas um caso de Zika Vírus, que migrou de Mato Grosso para cá, uma pessoa de Brusque. Acho que são 13 casos de Dengue até agora, e vamos continuar esse trabalho coordenado entre todos os órgãos públicos, mas é um trabalho que exige uma participação permanente, uma ação 24 horas. E vamos apresentar, em breve, uma inovação, em que qualquer pessoa poderá, com o celular, tirar fotografia de um foco e mandar para o nosso serviço, e nós responderemos imediatamente com um ataque. Isso feito por um órgão do governo, a Ciasc, e será entregue à população, provavelmente a semana que vem estaremos concluindo essa etapa.

Falo dos desafios da Segurança Pública, da necessidade de aumentarmos os efetivos, e essa é uma ação que vamos desenvolver no dia 1º de junho, de aumentarmos a questão da tecnologia, desenvolvemos em Santa Catarina um sistema em que o nosso pessoal técnico, através de um *tablet*, consegue dar agilidade muito grande e multiplicar a nossa força policial. Continuaremos investindo nas câmeras de videomonitoramento, presentes em 80 cidades, num total de três mil.

Então, ainda há muito por fazer na área dos Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do IGP e em prol de ações que a sociedade reclama.

É fundamental que possamos ampliar e executar tudo que está sendo planejado na área da Educação. Estamos abertos ao diálogo, queremos construir, mas é necessário que avancemos e consigamos realizar um trabalho mais justo. Eu não tenho dúvidas de que vamos corrigir a questão do piso que ainda não foi assinado, e essa foi uma grande discussão ontem em Brasília com os governadores, que se manifestavam: "Poxa, se a arrecadação vai ser zero, como é que passam para nós um compromisso de pagamento de 11,36%?" Essa portaria ainda não foi assinada, é uma reivindicação de todos os governadores, e nós vamos continuar agora priorizando a outra ponta da carreira, investindo tudo que pudermos com modernidade, com eficiência na área da Educação, que é uma grande reclamação da sociedade.

É fundamental que protejamos a nossa produção agrícola, vetor forte do nosso desenvolvimento, instrumento essencial para que se promova o destaque de Santa Catarina. Aí nós temos grandes desafios, inclusive na área de sanidade animal, onde todos os dias somos desafiados por pragas toda ordem, as quais temos que estar muito atentos com uma infraestrutura ampla e importante. Quando baixa o preço do milho o agricultor reclama porque ele não tem o valor suficiente na sua produção; quando sobe, o industrial reclama porque ele não pode repassar essa despesa no preço.

Na verdade, como não houve um equilíbrio, isso judiou um pouco do produtor, nós estamos batendo o recorde de exportação, acabou subindo o preço interno, e o governo federal está colocando no mercado agora um volume importante para tentar estabilizar o preço que para nós é essencial.

Há outro estudo que o governo está fazendo, em fase conclusiva, de deslocar a produção de milho, via férrea, até Mafra ou Lages, e de lá se carregar, o que acarretará numa redução de R\$ 6,00 e R\$ 7,00 o saco para aumentar a competitividade.

Outro desafio que estamos profundamente dedicados é a questão da mobilidade urbana, que é uma coisa essencial e todos nós estamos vivendo todos os dias, e em todas as cidades e é indispensável uma atenção especial em investimentos fortes que estão em curso com planejamento bastante adiantado. Caso consigamos nessa negociação da dívida ter um valor novo, extra, vamos priorizar a questão da mobilidade urbana.

Nós melhoramos muito no Sistema Prisional, muitas foram e estão sendo feitas. Inauguramos recentemente em Blumenau uma nova unidade com 600 vagas, todas elas com espaço industrial, com certeza a melhorar do Sistema Prisional do Brasil ali. Mais da metade dos nossos detentos já estão trabalhando e tendo a oportunidade de reconstruir a sua vida, mas ainda há muito por fazer. Eu poderia falar em cada área, em todas as áreas por bastante tempo, mas não desejo me alongar porque seria cansativo para todos. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Considero também importante uma força política em que possamos agir em conjunto, o debate contraditório das ideias é essencial. O fato de pessoas pensarem de forma diferente é muito positivo. O debate é um crescimento da sociedade.

O que percebemos hoje na sociedade brasileira é que as pessoas estão cansadas. A cada dia mais um escândalo, a cada dia mais uma ação que acaba desmoralizando a classe política, as unidades de poder. Há um excesso neste processo, há um desgaste muito grande por parte da sociedade que cobra muitas ações de nossa parte, e ela começa a perceber que nós não estamos conseguindo dar resposta.

Para mim, o modelo velho acabou, ele morreu, no entanto o novo ainda não nasceu, e é responsabilidade nossa construir este novo modelo. Aí você interage com muitos agentes de toda natureza, pressionam de todos os lados, mas não conseguimos, e há um alto nível de desgaste de credibilidade, e não adianta apontarmos para este ou para aquele, porque na verdade todo o sistema está em risco.

Então, é essencial que possamos conviver nestas diferenças, que possamos conviver nos seus posicionamentos individuais, cada um de nós. E que nas horas essenciais somemos as nossas forças, que cedamos e concedamos o máximo que pudermos para o bem comum. Que ninguém de nós abra mão dos princípios, dos nossos valores, das nossas ações que acreditamos, mas que reservemos no nosso coração, todos nós, um fundo de compreensão para os desafios que o Brasil tem.

E que possamos enxergar do outro lado do muro. Do outro lado do muro é o dia a dia das pessoas, como elas vivem e o que está acontecendo, porque, senão, você é dominado pelas corporações, você é dominado pelo burocrata, você é dominado pelo capital financeiro, que cada vez quer mais e quando tem uma crise quer que o governo resolva a crise para ele. Quando o dinheiro é em abundância, quer que venha para si, quando a crise aumenta, quer que o benefício seja feito pelo estado. Estes que criticam o estado são os que mais querem o apoio do estado agora, e é o que a gente recebe todo dia como pressão.

Por outro lado, não há uma compreensão da imprensa, que às vezes exagera também em determinadas posições. Na nossa reunião do colegiado fiz uma aposta com os meus companheiros de governo. Eu gostaria de ouvir dez pessoas, dos mais variados segmentos da sociedade, para que olhássemos o que cada uma delas está fazendo, como é que elas estão enfrentando a crise, como é que é a vida do cidadão comum, para que tenhamos a compreensão, para que o jornal não seja o único formador da nossa opinião. Ver a televisão e ver o que está acontecendo não pode ser o único formador. Olhar as redes sociais e se basear só por isso, não pode ser! Ou apenas pela nossa visão de popularidade, ou de poder, nós temos que ir além disso.

Eu peço permissão, sr. presidente, para mostrar apenas dois depoimentos dos catarinenses, de um minuto cada um, para vermos, com certeza, que tudo tem jeito. Que o caminho está a nossa frente, que nós temos chance de fazer mais e

melhor e, sobretudo, fazer certo para quem precisa. Basta que se rompa esta casca que nos envolve no dia a dia, e que possamos enxergar como as pessoas se esforçam, o que elas fazem e como vencem os desafios. Como é possível sustentar uma família com um salário mínimo! Parece um milagre, mas alguém faz isso. Era bom ver este rosto. Era bom saber o nome, era bom vermos como acontece. São apenas dois exemplos, por apenas dois minutos, mas vai dar mais alma, vai valorizar de forma profunda o que eu quero transmitir. Vale muito mais do que as minhas palavras.

Solicito à assessoria que proceda à exibição do vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

[*Taquígrafa: Sara*]

Esse é o catarinense!

(Palmas)

E esse extrato mostra que as pessoas superam tudo com esforço, com dedicação e alegria. A nossa equipe procurou essas famílias. Tinham marcado com uma família, que não estava, e a casa do lado era a desse casal. Eles disseram que não sairíamos sem receber um presente, e o que podiam oferecer era água, mas tinha um sabor muito especial. Vamos vencer a crise! A alma, a força, o jeito de ser, de viver do catarinense é nossa maior arma.

Que possamos nos manter firmes, como líderes e representantes do povo que somos, nos diversos Poderes que representamos, orgulhar todos. Que mostremos na nossa fé um horizonte e que mostremos na nossa compreensão a força necessária para superar todas as dificuldades, proteger e promover os milhões de catarinenses como essas duas famílias que mostraram muito brevemente, mas com sinceridade e realidade, a sua vida.

Deputado Gelson Merisio, quero agradecer a v.exa. pela compreensão e pela disponibilidade do diálogo permanente. Quero agradecer em seu nome a todos os parlamentares. Tivemos um ano difícil em 2015, mas com a nossa força, união e a compreensão dos desafios, respeitando a posição individual, a independência própria de cada parlamentar, nós avançamos e ajudamos Santa Catarina.

Que em 2016 possamos fazer mais e fazer juntos, e juntos, guardando a posição individual e as lutas de cada um, que são sagradas. Quero agradecer muito ao presidente do Tribunal, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, ao meu querido vice-governador, companheiro de todas as horas, de grandes discussões, e hoje pela manhã ainda estávamos avaliando medidas a tomar. Quero agradecer a nossa equipe, porque sem ela não teríamos condição de enfrentar esses desafios e estarmos aqui.

Estamos vivendo no sexto ano de governo, o melhor ano de integração, de colaboração e hoje podemos dizer que verdadeiramente somos uma equipe. Sinto orgulho de estar junto, lutando por tantos desafios, e tenho fé de que em 2016 possamos vencê-los para fazer uma Santa Catarina melhor e mais forte, desenvolvida com certeza, protegendo os nossos cidadãos.

Que venha 2016! Vamos matar no peito, guardar no coração e lutar com ele para que a cada dia, em cada desafio façamos este estado, de um povo tão bom e honrado, com uma história de vida tão espetacular. Que continuemos fazendo Santa Catarina como ela é. Só isso já é muito.

Um grande abraço.

Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Prezado governador João Raimundo Colombo; excelentíssimo presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador José Antônio Torres Marques, a quem cumprimento pela posse recente, desejo que estendo a todos os 40 parlamentares, e que possamos continuar tendo junto ao Tribunal essa relação de respeito, de reciprocidade com o estado e com os Poderes que conduzimos; prezado vice-governador Eduardo Pinho Moreira; excelentíssimo subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Fábio de Souza Trajano, e em seu nome envio ao procurador-geral, dr. Sandro Reis, os cumprimentos também pela forma cordial como tem tratado as ações e o interesse maior do

estado junto a esta Casa Legislativa; prezado presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Luiz Roberto Herbst; companheiros de mesa, os quais cumprimento na pessoa do vice-presidente desta Casa, deputado Aldo Schneider; sras. deputadas; srs. secretários; prezada secretária Ada Faraco de Luca, que representa as deputadas no colegiado do governo; prezados representantes da imprensa.

É muito importante para esta Casa cumprir um preceito constitucional ouvindo a mensagem do Chefe do Poder Executivo, ladeado por seus auxiliares mais próximos, seus secretários, na presença dos Poderes constituídos deste estado, que é diferente dos demais do Brasil, não apenas porque tem instituições fortes que conversam, dialogam, não apenas porque tem uma economia diversificada em todas as suas regiões, que permite que possamos superar crises momentâneas, havendo sempre uma superação regional compensando outras, que vão um pouco melhor ou um pouco pior, mas fundamentalmente, porque temos um povo absolutamente diferenciado, com uma formação cultural diferente, crítico, que cobra, que está sempre disposto a ser solidário nas ações em favor do estado e da população. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Santa Catarina é o que é hoje pela soma de todos esses fatores e nós vivemos também neste momento algo histórico. O que acompanhamos nos estados vizinhos, especialmente no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e com certeza um após o outro, cenas e fatos semelhantes se sucederão, são mais do que nunca, não um recado, mas uma demonstração clara de que precisamos enfrentar temas difíceis, temas que mexem em corporações históricas, temas que precisam ser debatidos, como fizemos no final do ano, nesta Casa, com a participação aberta e espontânea de todos os representantes de correntes que pensam de forma diferente.

Podemos enfrentar e continuar enfrentando temas austeros, como é o caso da Previdência Pública, para o qual demos um pequeno passo, significativo, mas pequeno, perto do problema que teremos nos próximos dez anos. Se buscarmos nas

estruturas de governo, nas estruturas do serviço público, com absoluta certeza, ainda vamos encontrar um espaço muito grande para avançarmos em enxugamento, em eficiência, em acompanhamento, utilizando a tecnologia que o mundo digital nos proporciona.

Podemos estar aqui, juntos, analisando o ano fiscal de 2015 e vermos as projeções que faz o nosso governador Raimundo Colombo, com sua equipe, projeções otimistas não pelos números, mas pela postura que cada um de nós teve em 2015 e teremos em 2016. Cada problema posto terá que ser um problema para ser discutido, debatido e uma solução encontrada. Aquelas pessoas que se manifestaram no vídeo representam milhões de catarinenses que precisam do apoio do governo, não apenas com a presença do estado, mas com ações concretas na segurança pública, na saúde, com uma educação de qualidade, no serviço direto de cada um deles. Poder cuidar dos pobres com eficiência, zelo, carinho, pressupõe condições para que isso ocorra e estas condições só estarão disponíveis ao estado, não a este governo, porque ele também é passageiro, mas ao estado, se tivermos a coragem de enfrentar cada um desses temas difíceis e utilizarmos as crises muito mais acentuadas dos estados vizinhos para fazermos as transformações e continuá-las, como as que iniciamos de uma forma muito concreta por iniciativa do governador Raimundo Colombo, mas com a participação ostensiva desta Casa a partir da reforma previdenciária que iniciamos em 2015.

Tenho convicção que 2016 será um ano de não perdermos o foco das mudanças históricas que precisam ser feitas, mudanças de estado e não de governo. Para isso, sr. governador e sr. vice-governador, não faltará a esta Casa a coragem, o debate, a participação e, acima de tudo, o compromisso de estar cumprindo a sua função constitucional de fiscalizar, de legislar, não tendo nenhuma preocupação com policiamentos, tampouco com versões distorcidas de órgãos, de imprensa, ou mesmo de outros que de alguma maneira querem pautar o que esta Casa aprova e faz.

Nós temos uma Casa ativa que cumprirá sua missão e será grande parceira do governo e dos Poderes para realizarmos as ações que Santa Catarina precisa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

[Revisão Final: Taquígrafa Renata]